



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 60/2023 – PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 08/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rui Barbosa nº. 96, inscrito no CNPJ/MF nº. 76.407.568/0001-93, representado por seu Prefeito Municipal, **EDIMAR DE FREITAS ALBONETI**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 5.067.024-4 - SSP/PR e do CPF/MF nº. 540.036.289-34, residente na Rua Jacarezinho, nº. 421, nesta cidade de Barra do Jacaré/PR. **CONTRATADA:** **EMPRESA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS BARRA DO JACARÉ LTDA**, CNPJ nº. 79.713.020/0001-60, sede e domicílio na Rua Rui Barbosa s/nº, Bairro Água Branca, Barra do Jacaré/PR, CEP: 86.385-000. Representada por, **LILIANA MELOTTO ROMERO BEZERRA**, CPF/MF nº. 205.434.568-70, RG. nº. 23.905.533-0 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Daniel Leite, nº. 85, Bairro Jardim Santa Fé, Ourinhos/SP, CEP: 19.910-081.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E VALOR.

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de Combustíveis (Gasolina Comum, Etanol Comum, Óleo Diesel S500 e Óleo Diesel S10), para a manutenção da frota municipal, conforme valores e especificações vinculados ao Processo de Inexigibilidade nº.08/2023.

O prazo de conclusão do objeto desta licitação será de 12 meses, após a homologação e assinatura de contrato.

| PRODUTO | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------------------|----------------|----------------|----------------|
| ETANOL COMUM | 10.500 LITROS | R\$ 4,50 | R\$ 47.250,00 |
| GASOLINA COMUM | 59.500 LITROS | R\$ 5,76 | R\$ 342.720,00 |
| ÓLEO DIESEL S10 | 123.500 LITROS | R\$ 6,36 | R\$ 785.460,00 |
| ÓLEO DIESEL S500 | 61.000 LITROS | R\$ 6,45 | R\$ 393.450,00 |

O valor estimado a ser gasto é de R\$ 1.568.880,00 (Um Milhão, Quinhentos e Sessenta e Oito Mil e Oitocentos e Oitenta Reais).

Pelo fornecimento a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA conforme solicitação, no prazo de até 15 dias após a entrega e emissão da nota fiscal.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO E PENALIDADES.

A CONTRATADA fica condicionada à entrega do objeto desta licitação de forma imediata, com produtos ou serviços de acordo com as requisições do Setor de Compra. As partes contratantes que não atender as cláusulas deste instrumento

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré
Protocolado sob o nº 103
Em 30 / 03 / 2023

serão responsabilizadas juridicamente com sanções, multas e penalidades apontadas em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO.

CONTRATANTE pagará a CONTRATADA mediante depósito em conta bancária, os valores correspondentes às Notas Fiscais apresentadas.

CLÁUSULA QUARTA: DO REAJUSTE DE PREÇOS.

De acordo com o artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93, o presente contrato poderá ser alterado, COM AS DEVIDAS JUSTIFICATIVAS, nos seguintes casos:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:

II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

§ 3º Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º deste artigo.

§ 4º No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.



§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 7º (VETADO)

§ 8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento."

CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO:

1) Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverão pautar-se pela margem de lucro original deste contrato, que é obtida pela comparação entre o preço que consta na nota fiscal de aquisição do combustível pela contratada no dia da assinatura do presente contrato, e o valor pactuado entre esta e a Administração Pública Municipal neste contrato, não podendo eventuais reajustes serem superiores à 10% (dez por cento) dos valores que constam na tabela semanal da Agência Nacional do Petróleo – ANP para a cidade de Cornélio Procópio/PR, nem iguais ou superiores aos praticados valores praticados pela contratada ao público em geral;

2) Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem vir acompanhados no mínimo das razões do pedido, e de cópias das notas fiscais quando do contrato original ou quando do último pedido de reequilíbrio, bem como de cópia das notas fiscais atuais, e, facultativamente com outros documentos que a contratada considerar útil à análise do pedido.

3) Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deste contrato terão prioridade de tramitação dentro da Administração Pública;

2.1) A Administração Pública terá o prazo de 04 (quatro) dias úteis, contados da data do protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro para a formalização do termo aditivo, salvo força maior devidamente comprovada;

2.2) Pedidos protocolados nesta Prefeitura após às 15 horas, terão como prazo inicial o primeiro dia útil seguinte;

2.3) No caso de descumprimento do item 2.1 por parte da Administração Pública, a contratante compromete-se a orientar e facilitar a forma pela qual é realizado o pedido administrativo de restituição dos valores faltantes, que deverão ser pagos tendo como data base o protocolo do pedido de reequilíbrio;

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

3) A contratada obriga-se a informar à contratante qualquer espécie de diminuição no preço dos combustíveis objeto deste contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1) O não cumprimento do item 3 acarretará a pena de multa diária no valor de 10% (dez por cento) do total pago pela contratante à contratada no mês anterior;

3.2) A pena de multa diária do item 3.1 só será cobrada após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa;

3.3) A critério da Administração Pública a pena de multa poderá ser convertida em crédito na compra de combustível nos meses subseqüente.

CLÁUSULA SETIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

A presente contratação tem caráter temporário e por prazo determinado de 12 (doze) meses a contar a partir do dia 24 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato ocorrerão através das seguintes contas dotações:

| Dotação | | | | | |
|----------------------|------------------|-------------------------|------------------|---------------------|----------------|
| Exercício da despesa | Conta da despesa | Funcional programática | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
| 2023 | 210 | 02.001.04.122.0003.2002 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 1000 | 03.001.04.122.0004.2012 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 1740 | 04.001.04.121.0004.2019 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 1900 | 04.001.04.123.0004.2021 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 2050 | 04.002.04.129.0004.2022 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 2440 | 05.001.10.301.0005.2027 | 1494 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 2710 | 05.001.10.301.0005.2031 | 494 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 2780 | 05.001.10.301.0005.2032 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 2790 | 05.001.10.301.0005.2032 | 303 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 3220 | 05.002.10.304.0005.2039 | 494 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 3300 | 05.002.10.304.0005.2040 | 303 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 3310 | 05.002.10.304.0005.2040 | 1494 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 3640 | 06.001.08.243.0006.6045 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 3790 | 06.001.08.243.0006.6046 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4140 | 06.001.08.244.0006.2050 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4490 | 06.001.08.244.0006.2054 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4900 | 07.001.20.606.0007.2062 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4910 | 07.001.20.606.0007.2062 | 504 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4920 | 07.001.20.606.0007.2062 | 510 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4930 | 07.001.20.606.0007.2062 | 511 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4940 | 07.001.20.606.0007.2062 | 512 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |

| | | | | | |
|------|------|-------------------------|------|-----------------|--------------|
| 2023 | 4950 | 07.001.20.606.0007.2062 | 704 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 5040 | 07.001.20.606.0007.2063 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 5730 | 08.001.15.452.0009.2076 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 5740 | 08.001.15.452.0009.2076 | 504 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 6110 | 08.002.15.451.0009.2080 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 6730 | 09.001.12.361.0012.2092 | 103 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 6740 | 09.001.12.361.0012.2092 | 104 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7100 | 09.001.12.361.0012.2094 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7110 | 09.001.12.361.0012.2094 | 103 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7120 | 09.001.12.361.0012.2094 | 104 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7130 | 09.001.12.361.0012.2094 | 127 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7140 | 09.001.12.361.0012.2094 | 1043 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7400 | 09.001.12.361.0012.2096 | 103 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7500 | 09.001.12.364.0012.2098 | 511 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7560 | 09.001.12.364.0012.2099 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO DO CONTRATO.

Poderá ocorrer rescisão do contrato durante sua vigência se a Contratada, comprovadamente não corresponder ao objeto deste contrato e não cumprir satisfatoriamente com suas atribuições, havendo qualquer tipo de atraso na entrega dos produtos, comprovado que os produtos oferecidos pelo fornecedor não atendem as normas de qualidade vigente, conforme requerido no Processo de Inexigibilidade nº. 08/2023.

CLÁUSULA DECIMA: DA FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE, através do responsável, deverá fiscalizar e conferir as entregas efetuadas pela Contratada, para assegurar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelas partes. O contratado deverá apresentar laudos sobre a qualidade dos produtos sempre que solicitada comprovação pelo contratante, fiscal do contrato: **Lucas Araujo da Silva, CPF nº. 126.854.189-38.**

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO.

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- prática corrupta**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- prática fraudulenta**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

74
c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO.

A empresa proponente classificada na licitação, uma vez e oficialmente convidada pela administração, terá um prazo improrrogável de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da convocação par a assinar o Termo do presente de Contrato.

A recusa injustificada do proponente vencedor na licitação em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido nesta cláusula, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas em lei, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da compatibilidade de sua proposta e atendimento às exigências de habilitação, para celebração do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO.



Elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Andirá, Estado do Paraná, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilégio que seja.

Paço Municipal José Galdino Pereira, em 23 de Fevereiro de 2023.

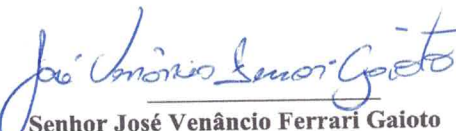

EDIMAR DE FREITAS ALBONETI
Prefeito Municipal


LILIANA MELOTTO ROMERO BEZERRA

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:


Lucas Araújo da Silva
Fiscal do Contrato
CPF: 126.854.189-38


Senhor José Venâncio Ferrari Gaioto
Sec. de Adm. e Planejamento
CPF: 087.998.859-21

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 60/2023 – PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 08/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rui Barbosa nº. 96, inscrito no CNPJ/MF nº. 76.407.568/0001-93. **CONTRATADA: EMPRESA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS BARRA DO JACARÉ LTDA**, CNPJ nº. 79.713.020/0001-60.

DO OBJETO E VALOR.

| PRODUTO | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------------------|----------------|----------------|----------------|
| ETANOL COMUM | 10.500 LITROS | R\$ 4,50 | R\$ 47.250,00 |
| GASOLINA COMUM | 59.500 LITROS | R\$ 5,76 | R\$ 342.720,00 |
| ÓLEO DIESEL S10 | 123.500 LITROS | R\$ 6,36 | R\$ 785.460,00 |
| ÓLEO DIESEL S500 | 61.000 LITROS | R\$ 6,45 | R\$ 393.450,00 |

O valor estimado a ser gasto é de R\$ 1.568.880,00 (Um Milhão, Quinhentos e

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato ocorrerão através das seguintes contas dotações:

| Dotação | | | | | |
|----------------------|------------------|-------------------------|------------------|---------------------|----------------|
| Exercício da despesa | Conta da despesa | Funcional programática | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
| 2023 | 210 | 02.001.04.122.0003.2002 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 1000 | 03.001.04.122.0004.2012 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 1740 | 04.001.04.121.0004.2019 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 1900 | 04.001.04.123.0004.2021 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 2050 | 04.002.04.129.0004.2022 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 2440 | 05.001.10.301.0005.2027 | 1494 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 2710 | 05.001.10.301.0005.2031 | 494 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 2780 | 05.001.10.301.0005.2032 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 2790 | 05.001.10.301.0005.2032 | 303 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 3220 | 05.002.10.304.0005.2039 | 494 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 3300 | 05.002.10.304.0005.2040 | 303 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 3310 | 05.002.10.304.0005.2040 | 1494 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 3640 | 06.001.08.243.0006.6045 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 3790 | 06.001.08.243.0006.6046 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4140 | 06.001.08.244.0006.2050 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4490 | 06.001.08.244.0006.2054 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4900 | 07.001.20.606.0007.2062 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4910 | 07.001.20.606.0007.2062 | 504 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4920 | 07.001.20.606.0007.2062 | 510 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4930 | 07.001.20.606.0007.2062 | 511 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4940 | 07.001.20.606.0007.2062 | 512 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 4950 | 07.001.20.606.0007.2062 | 704 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 5040 | 07.001.20.606.0007.2063 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 5730 | 08.001.15.452.0009.2076 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 5740 | 08.001.15.452.0009.2076 | 504 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 6110 | 08.002.15.451.0009.2080 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 6730 | 09.001.12.361.0012.2092 | 103 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 6740 | 09.001.12.361.0012.2092 | 104 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7100 | 09.001.12.361.0012.2094 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7110 | 09.001.12.361.0012.2094 | 103 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7120 | 09.001.12.361.0012.2094 | 104 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7130 | 09.001.12.361.0012.2094 | 127 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7140 | 09.001.12.361.0012.2094 | 1043 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7400 | 09.001.12.361.0012.2096 | 103 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7500 | 09.001.12.364.0012.2098 | 511 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 7560 | 09.001.12.364.0012.2099 | 0 | 3.3.90.30.00.00 | Do Exercício |

FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE, através do responsável, deverá fiscalizar e conferir as entregas efetuadas pela Contratada, para assegurar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelas partes. O contratado deverá apresentar laudos sobre a qualidade dos produtos sempre que solicitada

comprovação pelo contratante, fiscal do contrato: **Luckas Araujo da Silva, CPF nº. 126.854.189-38.**

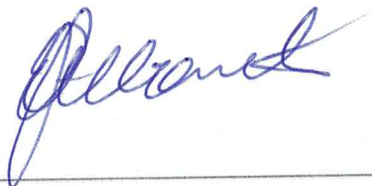
FORO.

Elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Andirá, Estado do Paraná, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilégio que seja.

Paço Municipal José Galdino Pereira, em 23 de Fevereiro de 2023.

EDIMAR DE FREITAS ALBONETI

Prefeito Municipal



Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:8503257A

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 24/02/2023. Edição 2717
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>